



50 anos do Golpe Militar de 64

"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"

Breve histórico da mídia alternativa feminista no Paraná: Levantamento bibliográfico de personagens e publicações¹

WOITOWICZ, Karina Janz (doutora, orientadora)²

KEDZIERSKI, Thainá da Rosa (graduanda)³

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/PR)

Resumo: O objetivo do presente artigo é realizar uma retomada histórica das publicações de mídia alternativa feminista no Paraná. Segundo Constância Lima Duarte, o feminismo no Brasil pode ser dividido em quatro fases, que identificam diferentes perfis de atuação do movimento: 1830, 1870, 1920 e 1970. A partir dessa divisão, são apresentados elementos obtidos por meio de levantamento bibliográfico, com o propósito de traçar um breve histórico das publicações feministas no Paraná, sendo elas de grupos feministas e associações literárias. O trabalho integra as atividades do Grupo de Estudos de Jornalismo e Gênero da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e é parte de uma pesquisa de mapeamento da produção bibliográfica em jornalismo e gênero e da participação das mulheres na mídia.

Palavras-chave: mídia alternativa; movimento feminista; publicações femininas; imprensa paranaense.

Introdução

Algumas referências sobre a história da mídia feminista são capazes de revelar aspectos acerca da consolidação do feminismo (desde os grupos informais até as redes de organizações que constituem os novos movimentos sociais), das tensões internas do movimento, das conquistas que marcaram essa trajetória, bem como da necessidade das mulheres se fazerem ouvir, apostando em um discurso de contra-informação que assumiu, em alguns momentos, o duplo papel de denunciar e de mobilizar as mulheres na defesa dos seus direitos e na conquista da cidadania.

Sabe-se que a luta das mulheres pela conquista de direitos marcou o surgimento e o desenvolvimento da imprensa feminista em diversos países. No Brasil, as atividades

1 Trabalho apresentado no GT de História da Mídia Alternativa, integrante do 5º Encontro Regional Sul de História da Mídia – Alcar Sul 2014.

3 Professora Dra. do Curso de Jornalismo e do Mestrado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), coordenadora do Grupo de Estudos de Jornalismo e Gênero da UEPG. E-mail: karinajw@gmail.com

3 Estudante do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), bolsista CNPq/UEPG, pesquisadora do Grupo de Estudos de Jornalismo e Gênero da UEPG. E-mail: thaina_22@hotmail.com



de mulheres em jornais também foram expressivas, ainda no século XIX. No mesmo momento em que surgiam publicações voltadas ao público feminino, que se ocupavam de assuntos como moda, culinária e cuidados domésticos, também eram criados espaços que problematizavam a 'condição da mulher'. Segundo Céli Pinto, este tipo de manifestação das mulheres através da mídia aponta para a "existência de um incipiente movimento de construção de espaços públicos na sociedade brasileira e, no caso, por parte de pessoas que estavam completamente excluídas do campo da política e das atividades públicas" (2003, p. 33).

É importante lembrar que as publicações destinadas às mulheres, na primeira metade do século XIX - que traziam literatura, moda, beleza e regras de comportamento - eram escritas por homens. Mas, mesmo que a fundação de um jornal de mulheres tenha acontecido somente nos anos 1850, antes disso já havia mulheres que atuavam como colaboradoras nos jornais e que foram gradativamente abrindo espaço para a escrita feminina, ainda que em alguns casos sob o disfarce de pseudônimos masculinos. Nísia Floresta foi uma das primeiras mulheres a escrever em periódicos, publicando textos no jornal *Espelho das Brasileiras*, em Pernambuco.

Zahidé Lupinacci Muzart (2003), em artigo sobre as mulheres escritoras no século XIX, observa que além da presença da literatura feminina nos periódicos da época, as mulheres publicaram também muitos livros, embora tenham sido esquecidos. Para a autora, "o esquecimento das escritoras do século XIX é um esquecimento político. Pois não só porque mulheres escritoras são esquecidas; são esquecidas sobretudo as mais atuantes, as feministas, em uma palavra" (2003, p. 227).

De acordo com Muzart, uma das razões para a criação dos periódicos de mulheres no século XIX partiu da necessidade de conquistarem direitos: "em primeiro lugar, o direito à educação; em segundo, o direito à profissão e, bem mais tarde, o direito ao voto" (2003, p. 226). Registra-se que o primeiro jornal fundado por uma mulher em nosso país foi o *Jornal das Senhoras*, de Juana Paula Manso de Noronha, em 1852.⁴

⁴ Juana, entretanto, era argentina, nascida em Buenos Aires, onde atuou como professora, jornalista, dramaturga e romancista. A jornalista viveu poucos anos no Brasil, onde, além de fundar *O Jornal das Senhoras*, foi redatora de periódicos no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. Sobre a vida e a obra de Juana, ver: MUZART, 2003.

É importante considerar que o pioneirismo destas mulheres serviu de inspiração para o desenvolvimento de uma ‘imprensa feminina’, que eclodia em todo o país. Uma importante representante de um jornalismo mais comprometido, de defesa dos direitos das mulheres, foi Francisca Senhorinha Diniz, que discutia o voto feminino e a importância de educar as mulheres, com vistas à sua emancipação. Conforme relata Céli Pinto,

Francisca Senhorinha Motta Diniz foi possivelmente a primeira mulher a fundar um jornal no Brasil com o objetivo de divulgar a “causa das mulheres”. Em 1873 fundava em Minas Gerais *O Sexo Feminino*, que teve dois anos de duração naquele estado. Transferiu-se para o Rio de Janeiro e reeditou o jornal, que durou até 1890, passando a chamar-se *15 de Novembro do Sexo Feminino* a partir da Proclamação da República. (2003, p. 31)

Outras experiências de imprensa independente também marcaram a história do feminismo⁵: *O Domingo* (1874), *Jornal das Damas* (1874), *Myosotis* (1875), *Echo das Damas* (1879), *A Voz Feminina* (1900) e *A Família* (1888). Este último, produzido por Josefina Álvares de Azevedo, jornalista e dramaturga sufragista, manteve-se em circulação por quase dez anos.

A partir deste momento inaugural, que contou com a participação de personagens femininas que atuavam praticamente sozinhas por meio dos jornais na defesa dos direitos das mulheres, o movimento feminista passa a contar com suas próprias publicações (jornais, panfletos, cartazes, revistas, etc) como instrumentos para o fortalecimento de suas lutas. Ao longo do século XX, além da gradativa incorporação das mulheres aos veículos de comunicação, que aos poucos vão assumindo temas voltados aos direitos das mulheres (como participação política, condições de trabalho e mudanças culturais), registram-se experiências que podem ser entendidas como alternativas, pelo seu viés de contestação.

Nos limites deste texto, são valorizados alguns momentos da trajetória da imprensa feminista entre o final do século XIX e ao longo do século XX, de modo a buscar elementos para compreender a participação, ainda que modesta, de personagens e veículos que construíram registros do feminismo no Paraná.

⁵ Em 1910, Ernestina Lésina publicava em São Paulo o jornal “Anima Vita”, dirigido às mulheres, que lutava pela regulamentação do trabalho feminino.

As fases do feminismo e a imprensa alternativa

Os ideais feministas chegaram ao Brasil no início do século XIX, vindos da Europa e dos Estados Unidos. Aqui, o movimento não foi organizado, ou não teve uma força única desde o início. Constância Lima Duarte (2003) sugere a existência de quatro fases na história do feminismo brasileiro – e são por essas fases que o presente artigo será guiado.⁶ A primeira fase acontece no ano de 1830, seguida pelo ano de 1870, 1930 e por fim, a fase mais consolidada e representativa, 1970. As fases são divididas pela autora de forma que são apresentadas as mulheres brasileiras que tiveram papel importante para a época. No artigo, pretendemos trazer as publicações e mulheres paranaenses que participaram do período. Antes disso, será apresentado um histórico breve do que foi a chegada das idéias feministas no Brasil.

“O feminismo (...) quando apresentou algum grau de organização, esta derivava do esforço pessoal de alguma uma mulher, que, por sua excepcionalidade, na maioria das vezes intelectual, rompia com os papéis para ela estabelecidos e se colocava no mundo público na defesa de novos direitos para as mulheres” (PINTO, 2003, p. 14). Segundo a autora, o feminismo como uma vertente única não aconteceu no início das idéias no Brasil. Ela ainda coloca que havia três vertentes: a primeira e mais forte tinha como idéia central a mulher como sujeito portador dos direitos políticos. Essa corrente era liderada por Bertha Lutz, uma das mulheres que comandou a primeira fase do feminismo no Brasil.

Segundo Céli Regina Jardim Pinto (2003), a segunda é o chamado feminismo difuso, que se expressa nas publicações e manifestações da imprensa feminista alternativa. Elas eram as mulheres que trabalhavam como professoras, escritoras e jornalistas. Poderiam ou não estar preocupadas com os direitos políticos e também poderiam fazer parte da terceira vertente, mas essas eram as responsáveis pela difusão do discurso feminista. O foco do artigo é justamente apresentar algumas mulheres paranaenses dessa segunda vertente.

⁶⁶ Outras classificações por períodos históricos (como o feminismo de primeira e de segunda onda) são utilizadas por pesquisadores e pesquisadoras que tratam do tema. No presente artigo, para fins de sistematização das fases do movimento marcadas pela participação das mulheres no Paraná, foi adotada a perspectiva das 4 fases do feminismo.



A terceira vertente é do movimento anarquista, mais tarde parte do partido comunista. Esta era composta por intelectuais que defendiam a liberação da mulher de forma radical. Por fim, a última fase remete ao período de efervescência do movimento feminista, com a valorização de lutas específicas das mulheres e avanços no processo organizativo dos grupos feministas.

Com base nas fases mencionadas da história do feminismo no Brasil, o artigo realiza um levantamento da participação das mulheres na imprensa no Paraná, a partir de referencial bibliográfico contido em livros e artigos. A partir dessa leitura, o filtro escolhido para o artigo foi baseado em dados sobre a imprensa feminista no Paraná. As citações de outros estados dentro das fases servem para ilustrar a situação do Brasil e estabelecer aproximações com o movimento no Paraná – que ganhou força a partir da terceira fase.

Primeira fase: o direito à escrita

Esta primeira fase, segundo a classificação de Constância Lima Duarte (2003), durou de 1830 a 1870. É considerada uma das fases menos turbulentas, se comparada às fases posteriores. O que se defendia no período era principalmente o direito a ler e escrever das mulheres. Até então, as mulheres eram alfabetizadas individualmente ou em conventos e internatos. Em 1827, foi decretada a lei que permitiu às mulheres o direito à escola pública. Mesmo assim, ainda havia diferenças no tratamento entre as mulheres e os homens.

Elas não aprendiam todas as matérias ensinadas aos meninos, principalmente as consideradas mais racionais como a geometria, e em compensação deveriam aprender as 'artes do lar', as prendas domésticas. Em relação ao pagamento, foi previsto na lei igualdade para os mestres e as mestras, contudo, a própria legislação posterior abriu brechas para que na prática as professoras ganhassem menos que os homens. (STAMATTO, p.5)

Nessa primeira fase, o Paraná teve representatividade praticamente nula se comparada aos estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Dessa época, Constância Lima Duarte destaca que a literatura feminista no Brasil era mais feminina que feminista. Ou seja, muito mais voltada para os temas discutidos pelas mulheres da época



que aos ideais feministas em si. Segundo Constância Duarte (2003), destacam-se nesta trajetória Clarinda da Costa Siqueira, Delfina Benigna da Cunha, Ana Eurides Eufrosina de Barandas, do Rio Grande do Sul, Beatriz Francisca de Assis Brandão de Minas Gerais e Nísia Floresta do Rio Grande do Norte. Esta última foi a primeira mulher a escrever artigos sobre a condição feminina publicados em periódicos. Teve atuação também no Rio de Janeiro como poetisa, educadora e escritora. A publicação de destaque dessa primeira fase foi o *Jornal das Senhoras*.

O *Jornal das Senhoras*, de 1852, foi a primeira publicação escrita por mulheres e para mulheres no país. “Contava com seções de Moda, Belas Artes, Teatro e Crítica, além de espaços dedicados a partituras de piano e a romances que eram publicados em forma de folhetins, como a “*Dama das Camélias*”, de Alexandre Dumas.” (LIMA, 2008). Nessa época, o Paraná ainda recebia os imigrantes europeus. Em agosto de 1853 Curitiba se tornou a capital do estado, com uma população inferior a cinco mil habitantes. As demandas por direitos acompanham, em certa medida, o cenário sociocultural do Estado, aparecendo na imprensa do período referências pontuais sobre comportamento feminino e resistências ao espaço reivindicado pelas mulheres no campo da educação.

Segunda fase: da educação ao campo da política

Esse período durou de 1870 a 1930, de acordo com Constância Lima Duarte. Aí começaram a se multiplicar as publicações feministas, porém ainda sem grande destaque no Paraná. “O *sexo feminino*” e o “*Jornal das Damas*” são publicações desta época. “E são dessa época as primeiras notícias de brasileiras fazendo cursos universitários, no exterior e no país. E a cada nova médica ou nova advogada, a imprensa feminista expressava seu regozijo pela importante vitória sobre os conceitos brutais da educação atrofante, ainda infelizmente em vigor” (DUARTE, 2003).

No Paraná, apesar de ainda não existir alguma publicação de caráter feminista, os ideais eram colocados nas páginas da mídia tradicional. Leonor Castellano foi uma curitibana e feminista nascida no fim do século XVIII (ZOMER, 2010), que se destacou neste contexto. A escritora colocou nas páginas do jornal *Gazeta do Povo* dois artigos em resposta a Flávio Suplicy de Lacerda, em que confirmava e legitimava os



direitos das mulheres. Entre esses direitos, a curitibana fortalecia ainda o direito da educação – aqui inserida principalmente a educação superior – e o direito de participar da política. Segundo análise desses discursos, “ainda, na segunda citação, lembra que as mulheres devem aceitar qualquer oportunidade, por mais que não seja o ideal, mas porque em algum momento, terão realmente a chance de conquistar seu espaço. Transgredir as regras e limites estipulados para propagar os primeiros ideais.” (ZOMER, 2010, p. 02).

Ainda sobre os diálogos de Castellano nas páginas da Gazeta, as mulheres das classes média e alta curitibanas já faziam parte de um novo grupo de profissionais como advogadas, médicas e engenheiras e também formadas no magistério. Castellano ainda refutava ideias de Flávio Lacerda em que afirmava que a intenção das feministas era destruir lares, família e bons modos. O objetivo tanto das feministas quando da própria Leonor Castellano era mostrar a injustiça que acontecia com as mulheres. “Não desejo me masculinizar porque compreendo a mulher tão apta como o homem, e só reclamo o que de justiça nos pertence. É o suficiente para uma defesa? Para que o meu nome?” (CASTELLANO in ZOMER, 2010, p.6).

Em relação a esta segunda fase, a participação de Castellano filia-se às tendências e demandas do feminismo no Brasil, que se organiza em meio às reivindicações pelo direito ao voto.

Terceira Fase: feminismo político e mudança de comportamentos

Esta fase dura de 1930 a 1970, de acordo com a classificação de Constância Lima Duarte. A presença das lutas das mulheres no Paraná permanece modesta neste período, embora surjam mais nomes paranaenses e se registre um aumento do número de publicações em todo o país. Bertha Lutz efetiva a Liga para Emancipação da Mulher para Federação Brasileira do Progresso Feminino, aparecem as figuras de Maria Moura – que marcou a escrita do anarco-feminismo – além de nomes como Rosalina Lisboa, primeira mulher a receber prêmio da Academia Brasileira de Letras, e Raquel de Queirós, primeira a presidir a Academia.

No Paraná, a figura da mulher tinha passado do campo da alfabetização para o campo da escrita. A entrada das mulheres nos periódicos paraenses se deu por meio de



assuntos como beleza, cozinha e romances. Em 1933, advogadas, jornalistas, professoras e mulheres que passaram pelo magistério começaram a participar de grupos vinculados à mulher e à sua condição social (BUENO, p. 02).

Aí surgem nomes como Ada Maccagi, poetisa de Paranaguá e Ilnah Secundino, advogada que discursava sobre as questões legais do feminismo. As duas foram as mulheres paranaenses com maior visibilidade na terceira fase. Por mais que o feminismo e a militância política não fossem os fatores que se destacavam na temática das poetisas, o fato de mulheres terem um espaço na vida pública foi o que marcou essa fase.

O estudo temático de seus vários poemas nos mostra os sentimentos como parte essencial dos versos, transparecendo nostalgia, angústia, sonhos e também frustrações. Por vezes, os poemas assemelham-se a desabaços, possivelmente decorrente das contradições do tempo em que elas viviam. Ainda que as mulheres avançassem em suas conquistas no mundo das letras e no domínio do saber científico suas produções coadunavam-se com o modelo feminino pensado como clássico também para as mulheres dos anos 30. (BUENO, p. 08)

Mariana Coelho, portuguesa que morava em Curitiba, publicou “A evolução do feminismo”. Ela afirmava que a guerra trouxe autonomia feminina, pois tirou a mulher da casa e colocou no trabalho – mesmo que forçado. Ela foi uma das principais personagens que atuaram na teorização do feminismo no Brasil.

Nas primeiras décadas do século XX, o fascínio pela vida pública no exercício de diferentes atividades, a autonomia e independência na aquisição do próprio sustento acenavam à mulher como possibilidades de libertação da “gaiola doméstica”. Mas essas conquistas traziam em si o perigo de comprometer a ordem social, uma vez que os cuidados da casa e dos filhos passavam a competir com o desempenho profissional. (BUENO, p. 04).

No mundo da escrita, as mulheres firmavam a afirmação dos valores femininos. Em 1933, vale destacar que foi criado o Centro Paranaense Feminino de Cultura. As associadas eram exclusivamente mulheres principalmente das classes média e alta da sociedade de Curitiba. Elas publicavam poemas, coletâneas, sonetos, romances e outros com temas que passavam desde cultura e conflitos a sentimentos e fragilidades.

Segundo dissertação de mestrado de Larissa Seixas, o CPFC ainda publicava discursos conservadores.



50 anos do Golpe Militar de 64

*"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"*

Encontramos com frequência em nossas fontes, como demonstraremos na sequência de nosso trabalho, textos que exaltam os méritos e as virtudes da mulher, vista como responsável pelos cuidados com a família e como figura essencial para a manutenção dos valores morais no seio do lar, devendo por isso estender sua atuação para o mundo público, seguindo as concepções do maternalismo. (SEIXAS, 2011, p.15)

As mulheres do Centro Paranaense Feminino de Cultura denominavam o Centro como um lugar de conquista quanto à realização profissional. O objetivo do centro não era ameaçar um “modelo masculino”, mas firmar um feminino na sociedade curitibana, assumindo, assim, um perfil que transitava do feminino ao feminismo.

Quarta fase: feminismo em tempos de militância

Nessa última fase do feminismo no Brasil, o Paraná já se tornava mais efetivo nesse tipo de imprensa alternativa. Diferente das fases um e dois, que o Paraná passou quase despercebido e da fase três onde surgiram algumas mulheres defensoras na causa, a fase quatro já conta com periódicos que afirmam as causas no estado. Essa fase, segundo Constância Lima Duarte, dura dos anos 70 até os dias de hoje.

Uma das primeiras publicações paranaenses com o tom de defesa dos ideais feministas foi representada pelos discursos do Movimento Feminino pela Anistia. O movimento tinha um cunho nacional, levando em conta a aprovação da lei da anistia em agosto de 1979 pelo presidente João Figueiredo. “Por mais que o MFPA tivesse entre suas integrantes algumas mulheres que se identificassem com o feminismo, ou que posteriormente passaram a se identificar por sua militância no Movimento, Terezinha Zerbini declarava enfaticamente que ela não era feminista.” (CONRADI, 2013, p.5).

Segundo Carla Conradi, o movimento foi classificado como feminista pelo fato de as discussões que diziam respeito aos direitos das mulheres não terem espaço em grupos maiores de discussão, como era o socialismo – isso por medo que a discussões feministas pudessem “prejudicar” a luta maior, contra a ditadura.

Havia uma estratégia básica, como já observamos: o feminismo era malvisto no Brasil, pelos militares, pela esquerda, por uma sociedade culturalmente atrasada e sexista que se expressava tanto entre os generais de plantão como em uma esquerda intelectualizada cujo melhor representante era justamente o jornal Pasquim, que associava a liberalização dos costumes a uma vulgarização na forma de tratar a



50 anos do Golpe Militar de 64

"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"

mulher a um constante deboche em relação a tudo que fosse ligado ao feminismo. Era nesse ambiente que um movimento como o das mulheres pela anistia tinha que buscar adeptos para a sua causa. (PINTO, 2003, p. 65).

Segundo o artigo “Imprensa feminista brasileira pós-1974”, de Elizabeth Cardoso (2004), as publicações que contavam como paranaenses eram a revista “Brasil Mulher”, que surgiu em 1975 em Londrina (sendo publicada a partir da segunda edição em São Paulo), “Maria”, de 1984, da capital, “Jornal da Mulher”, de 1986, de Curitiba, “Boletim da Mulher”, de 1986, de Curitiba, e a “Revista da Mulher Rural”, que consta como do Paraná, dos anos 1995.

O jornal “Brasil Mulher” era publicado pela Sociedade Brasil Mulher. Foram publicadas 20 edições entre os anos de 1975 a 1980 e a sua fundação se deu em Londrina. As edições tinham 16 páginas em preto e branco e continha ilustração. O *Brasil Mulher* era constituído por mulheres militantes do Partido Comunista do Brasil (PcdoB), da Ação Popular Marxista Leninista (APML) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). Em fala trazida no artigo de Elizabeth Cardoso, afirma-se que:

[...] o BM, mesmo não se enfrontando, como mais tarde outros jornais se enfrontaram na questão de gênero, o BM nunca negou a mulher como sujeito. Esse jornal foi um laboratório da consciência das mulheres. E que através das discussões de pauta e das matérias se formou a consciência das mulheres. Concordo que o BM era tímido com a questão de gênero e com o feminismo, mas era o processo. (CARDOSO, 2004)



Imagem 1: Capa do jornal Brasil Mulher em 1975, ano que a Organização Mundial das Nações Unidas proclamou como o ano Internacional da Mulher.⁷

Sobre as publicações “Maria”, “Jornal da Mulher”, “Boletim da Mulher” e “Revista da Mulher Rural” não foram encontradas nem edições, nem descrições em artigos e publicações que contam a história da mídia alternativa feminista no Brasil. Assim como na mídia alternativa geral, há uma dificuldade de acesso às fontes e um silenciamento dos personagens que participaram da história dessa imprensa no Paraná, o que torna difícil um recorte mais preciso sobre a participação dos veículos na trajetória do feminismo no Brasil.

Considerações finais

A história da mídia alternativa feminista no Brasil pode ser contada por fases, ainda que com certa imprecisão. As publicações que marcaram esta trajetória foram assumindo diferentes perfis, que correspondiam às demandas e lutas das mulheres em determinado lugar e momento histórico, em uma mistura de ideais femininos e feministas.

⁷ Imagem disponível em: dzai.com.br/igualdade/blog/blogdaigualdade?tv_pos_id=129626



50 anos do Golpe Militar de 64

*"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"*

O Paraná é um dos estados que pouco aparecem na construção do movimento no país. Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo foram os estados que direcionaram o início do movimento no Brasil. O Paraná aparece a partir dos anos 1930, quando em Curitiba surgem expoentes dos ideais de igualdade entre homens e mulheres.

Nos anos 1930, as paranaenses apareciam principalmente com a escrita literária. Publicavam poesias, romances, sonetos, artigos em jornais, entre outros. O movimento se organizou com o Centro Paranaense Feminino de Cultura, mesmo não sendo este classificado como feminista, embora possam ter surgido outras ações que, até o momento, não se tem registro.

Já a partir dos anos 1970, as mulheres participavam de publicações voltadas para as causas feministas. O Paraná foi colocado em visibilidade nacional – levando em conta que o jornal Brasil Mulher foi produzido no Paraná e a abrangência era nacional – nesse período. Aqui, não havia mais o interesse em apresentar o movimento para as mulheres, mas sim mostrar o que ele defendia e de que forma, fortalecendo assim as lutas das mulheres. Outros registros da imprensa feminista permanecem imprecisos e difusos, impedindo uma melhor sistematização das contribuições das mulheres especialmente nesta fase da história recente, que contou com a proliferação da imprensa alternativa.

Pelos elementos obtidos por meio de leituras e estudos sobre a imprensa feminista, percebe-se a dificuldade que existe em encontrar registros sobre a mídia alternativa. Por esse motivo, grande parte das publicações apresentadas como pertencentes à quarta fase não tiveram descrição – justamente porque não há registro e informação sobre tais revistas e jornais, ou mesmo sobre as atuais formas de atuação do movimento pelo viés da comunicação.

Por fim, considera-se que a imprensa feminista no Paraná se fortaleceu a partir dos anos 1930. Porém, esta é uma história que permanece silenciada, dificultando o registro e a sistematização da trajetória da imprensa feminista no Estado, ontem e hoje.

Referências

ZOMER, Lorena. **"Página literária: Vivências e diálogos da curitibana Leonor Castellano nos artigos publicados em 1924 na Gazeta do Povo"**. 2010. Disponível



50 anos do Golpe Militar de 64

"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"

em

http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277951255_ARQUIVO_TITULO_TITULOTITULOTITULOTITULOTITULOTITULO.pdf

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **“Um olhar na história: a mulher na escola (Brasil: 1549 – 1910)”**. Disponível em

<<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0539.pdf>>

BUENO, Wilma de Lara. **“A literatura a formação da identidade feminina no Paraná dos anos 30”**. Disponível em

<<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/documentos/individ/eixo6/414.pdf>>

BUENO, Wilma de Lara. **“Mulheres escritoras no Paraná nos anos 30”**. Disponível em <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0510.pdf>>

LIMA, Joelma Varão. **“Jornal das senhoras , olhares femininos sobre a urbanização na corte”**. 2008. Disponível em

<<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Joelma%20Varao%20lima.pdf>>

DUARTE, Constância Lima. **“Feminismo e literatura no Brasil”**. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300010>

CONRADI, Carla Cristina Nacke. **“Por uma história das mulheres no Paraná: o Movimento Feminino pela Anistia e sua concepção de feminino”**. 2013. Disponível em

<<http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2013/06/Por-uma-hist%C3%B3ria-das-mulheres-no-Paran%C3%A1-o-Movimento-Feminino-pela-Anistia-e-sua-concep%C3%A7%C3%A3o-de-feminino.pdf>>

SEIXAS, Larissa Selhorst. **“O feminismo no bom sentido”: o Centro Paranaense Feminino de Cultura e o lugar das mulheres no mundo público (Curitiba, 1933-**

1958)”. 2011. Disponível em <http://www.generos.ufpr.br/files/b913-dissertacao_larissa.pdf>

CARDOSO, Elizabeth. “Imprensa brasileira pós-1974”. *Estudos Feministas*. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC. V. 12, n. especial, 2004. p. 37-55.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira*. *Revista Estudos Feministas*. CFH/CCE/UFSC. Vol. 11, n. 1, 2003. p. 234-241.



50 anos do Golpe Militar de 64

"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"

MUZART, Zahidé Lupinacci. "Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX". *Revista Estudos Feministas*. CFH/CCE/UFSC. Vol. 11, n. 1, 2003. p. 225-233.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: F. Perseu Abramo, 2003.